

PARTWORK Auditores Independentes
Independent Member GGI | Geneva Group
International
Av. Paes de Barros, 3.141
| Mooca | São Paulo | Brasil

T +55 11 3384.7479
www.partwork.com.br

04/dezembro/2014

Ao: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14ª REGIÃO (CRP-MS)

At.: Srs. Conselheiros

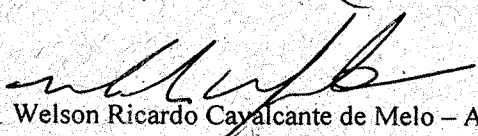
Ref.: Relatório dos Auditores Independentesº 0209-2014

Prezados senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^{as}., as Demonstrações Contábeis Individuais encerradas em 31/12/2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,


Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves – Partner


Welson Ricardo Cavalcante de Melo – Acting Partner

**CONSELHO REGIONAL DE
PSICOLOGIA – 14ª REGIÃO
– CRP-MS**

Demonstrações contábeis
acompanhadas do Relatório dos
Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2013



PARTWORK
ASSOCIADOS



Índice

| | |
|--|---|
| Relatório dos auditores independentes..... | 2 |
|--|---|

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Conselheiros do
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP 14
Campo Grande - MS

Examinamos os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do Conselho Regional de Psicologia – 14ª Região (CRP- MS), levantados em 31 de dezembro de 2013, e a respectiva Demonstração das Variações Patrimoniais referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis de acordo com as normas internacionais adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos; o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa abstenção de opinião.

Base para abstenção de opinião

Não recebemos respostas de circularizações das instituições financeiras com os quais a entidade mantém operações. Entretanto, a documentação apresentada não atende integralmente aos requisitos da NBC TA 501 - "Evidência de Auditoria – Considerações Específicas para Itens Selecionados" quanto aos procedimentos mínimos para evidenciação dos nossos testes de auditoria. Apesar de examinarmos alternativamente os respectivos extratos bancários, não podemos afirmar sobre a inexistência de possíveis passivos, garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registrados pela entidade em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a entidade mantém registrado, no ativo circulante, créditos de anuidades a receber a título de dívida ativa e executiva que totalizavam em R\$ 387.631. Nossos procedimentos de auditoria detectaram divergências entre o relatório auxiliar elaborado pelo departamento financeiro e o saldo contábil no montante de R\$ 2.431.066, para a qual não foi apresentada reconciliação contábil apropriada. Dessa forma, devido à ausência de controles efetivos, análises e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os respectivos valores, bem como os possíveis efeitos que possam vir impactar as demonstrações contábeis do exercício daquela data.

Em 31 de dezembro de 2013, a entidade não registrou, no ativo circulante, créditos de anuidades de pessoa física e jurídica, bem como efetua os registros se sua receita por regime de caixa, em desacordo com os princípios contábeis referente ao reconhecimento da receita. A realização dos referidos créditos a receber inscritos em dívida ativa, depende do sucesso dos planos sobre os atos praticados nos próximos exercícios no contexto da procuradoria jurídica e providências tomadas às anuidades em atraso e a estimativa dos prejuízos que poderão advir quando da realização final dos recebimentos dos valores entidade, conciliando mensalmente a posição contábil e financeiro. Devido às incertezas significativas mencionadas, não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização dos valores inscritos em dívida ativa. Dessa forma, devido à ausência de controles efetivos, análises e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os respectivos valores, bem como os possíveis efeitos que possam vir impactar as demonstrações contábeis do exercício daquela data.

A entidade não apresentou a relação dos estoques de almoxarifado valorizados que suportem o saldo contábil apresentado na data em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 31.852. Cumpre esclarecer, que o inventário físico dos materiais existentes em almoxarifado não foi realizado até a data de encerramento das demonstrações contábeis. Pelo fato de termos sido contratados após 31 de dezembro de 2013, não acompanhamos o acompanhamento do inventário físico dos estoques de almoxarifado naquela data, nem foi possível satisfazer-nos sobre a existência do saldo representativo dos estoques, por meio de procedimentos de auditoria. Como consequência, encontramos-nos impossibilitados de atestar a adequação do montantes registrados e possíveis reflexos registrados nas demonstrações contábeis, naquela data.

A entidade possui controle patrimonial analítico adequado para os bens que componentes do ativo imobilizado que em 31 de dezembro de 2013 totalizada R\$ 330.459, porém não registrou



ISO 9001-2008

PARTWORK
ASSOCIADOS



depreciação acumulada sobre os bens no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Conforme definido pela NBC TSP 16.9, a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada de cada bem. Dessa forma, não nos foi possível através de procedimentos de auditoria concluir sobre a existência e valorização dos respectivos bens componentes do ativo imobilizado, bem como o saldo de depreciação acumulada e seus respectivos reflexos no resultado do exercício.

A entidade possui um passivo contingente de natureza cível de um montante de R\$ 76.608, visto que seus assessores jurídicos entendem que a causa é de provável perda. No entanto, o montante não contabilizado nas demonstrações contábeis findos em 31 de dezembro de 2013.

Devido a relevância do assunto no parágrafo “Base para abstenção de opinião” e em conformidade com as NBCs TA 580 e 705, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião de auditoria sobre a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e o seu resultado das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

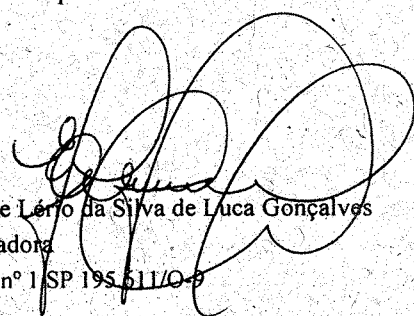
Os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais foram apresentados de forma comparativa com o exercício de 2012. A utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme a portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, ocorrerá em 2014. A Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012 alterou a Portaria nº 437, de 12 julho de 2012 e Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011. O artigo 8º, da Portaria nº 437, passou a vigorar com a seguinte redação: “As partes IV (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP) deverão ser adotadas por todos os entes da Entidade até o término do exercício de 2014”. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, sendo que não tivemos acesso à documentação de trabalho daquela auditoria.

Campo Grande, 04 de dezembro de 2014.

PARTWORK
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 026625/O-6


Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves
Contadora
CRC nº 1 SP 195.511/O-9